

HABEAS CORPUS Nº 549.478 - RJ (2019/0361691-9)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
LAURA JULIA ANDRADE FONTENELLE - RJ078959
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : HELIO DE ASSIS ROCHA JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar deduzido em sede de **habeas corpus**, impetrado em favor de HELIO DE ASSIS ROCHA JUNIOR, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**.

Alega o impetrante que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão da determinação da prisão preventiva decretada na sentença condenatória. Alega que permaneceu por mais de dez anos solto e se apresentou para todos os atos processuais.

Postula o impetrante, no presente **writ**, em linhas gerais, a revogação da prisão preventiva, *'em virtude do flagrante constrangimento ilegal, conforme exhaustivamente demonstrado e reconhecido até mesmo pelo membro do Ministério Público e pelo douto Desembargador Relator que concedeu a liminar e concedia a ordem ao final, restando vencido, e a gravidade da situação a que o Paciente está submetido, pugna-se pela concessão liminar da ordem, para que seja imediatamente recolhido o mandado de prisão expedido ou imediatamente posto em liberdade o Paciente até o julgamento do presente writ, haja vista a falta elemento concreto que justifique a decretação da prisão preventiva na sentença condenatória, mormente diante da falta de atualidade da medida, bem como porque não esgotadas as instâncias ordinárias'*.

É o breve relatório.

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

A análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência, devendo a **quaestio**, portanto, ser apreciada pelo Colegiado, após uma verificação mais detalhada dos dados constantes dos autos.

Denego, pois, a liminar.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.

Após, vista ao Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator